

POLÍTICAS DE BONIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: RECORTES SOBRE O PRÊMIO ESCOLA DE QUALIDADE DE MOSSORÓ (RN)

Jéssica Marina Rodrigues dos Santos (1); Iasmin da Costa Marinho (2).

(Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), jessicamarinarodrigues@gmail.com ;
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), iasmincostamarinho@gmail.com)

RESUMO:

O artigo ora apresentado tem como objetivo descrever o Prêmio Escola de Qualidade, política de avaliação adotada para a organização das Unidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental de Mossoró (RN), refletindo sobre as implicações do prêmio no funcionamento e na garantia de qualidade educacional. Nesse sentido, o trabalho combina categorias de análise, quais sejam: qualidade educacional e política educacional local. Para a realização desta investigação utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Estes recursos metodológicos possibilitam uma recuperação do conhecimento científico acumulado sobre um problema, bem como a investigação empírica da questão de pesquisa. O prêmio Escola de Qualidade e a materialização desse prêmio em dinheiro, acaba camuflando as necessidades extras que surgem ao longo do ano e o desinvestimento na educação pública, mesmo porque o valor de premiação seja baixíssimo. Consideramos ainda que tal política de bonificação aprofunda as desigualdades sociais escolares, percebendo que as instituições de ensino não possuem um padrão de estrutura física e funcionamento, contribuindo para a exclusão e a marginalização das unidades com os quadros mais desafiadores. Sabe-se que este trabalho não se encerra aqui, servindo de base para futuras pesquisas na área de Políticas e Avaliação Educacional.

Palavras-chave: Política de Bonificação, Prêmio Escola de Qualidade, Mossoró (RN).

INTRODUÇÃO

A educação pública brasileira nos últimos anos tem adotado enquanto padrão de qualidade os indicadores educacionais provenientes das avaliações externas. Nesse tocante as políticas de bonificação de professores têm servido de pano de fundo a implementação e busca de uma gestão por resultados, a qual a partir de avaliações externas diagnosticam possíveis “problemas” e “incentivam” a melhoria por meio de premiações salariais e escolares para as escolas.

O artigo ora apresentado tem como objetivo descrever o Prêmio Escola de Qualidade, política de avaliação adotada para a organização das Unidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental de Mossoró (RN), refletindo sobre as implicações do prêmio no funcionamento e na garantia de qualidade educacional. Nesse sentido, o trabalho combina categorias de análise, quais sejam: qualidade educacional e política educacional (local).

Importante destacar que o Brasil avalia, atualmente, a qualidade educacional por meio de um indicador quantitativo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Criado em 2007, o índice combina dados de proficiência das avaliações externas e taxas de

rendimentos. Seus resultados são publicados para o país, Estados, Municípios e Escolas. Tal indicador, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), tem por objetivo mensurar a qualidade do ensino ofertado pelo sistema educacional brasileiro, subsidiando informações importantes para o desenvolvimento de políticas a melhoria da educação nacional.

No entanto, este modelo de qualidade educacional quantitativo não é novo. Desde os anos 1970 o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, seguindo uma lógica de mercado, subordinaram países da América Latina a seguirem o modelo de administração de políticas públicas de maneira gerencial, seguindo princípios mercadológicos: competitividade, avaliação quantitativa e premiação.

Assim, mecanismos da administração capitalista, como a gerência e a divisão pormenorizada do trabalho, gerados no seio da empresa capitalista e aí adotados, como vimos, para resolver problemas que são, antes de mais nada, de natureza econômica e social, são tomados como transplantáveis para a situação escolar, sob justificativas meramente técnicas, sendo tratados de maneira autônoma, desvinculados dos condicionantes sociais e econômicos que os determinam. Dessa forma, contribuem também para ocultar ou escamotear os próprios determinantes concretos da prática da Administração Escolar (PARO, 2012, p. 167).

Seguindo este modelo de avaliação educacional, o município de Mossoró (RN) investiu em um modelo de Política Educacional, como estratégia de mobilização e incentivo à qualidade da educação, criando mecanismos de controle e avaliação com foco na publicização dos resultados e premiações.

METODOLOGIA

Para a realização desta investigação utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Estes recursos metodológicos possibilitam uma recuperação do conhecimento científico acumulado sobre um problema, bem como a investigação empírica da questão de pesquisa.

A revisão de literatura tem como objetivo a fundamentação teórica do tema adotado. A pesquisa documental, por sua vez, possibilita levantamento de novas idéias, dados e informações originais sobre o tema investigado.

A pesquisa bibliográfica consiste no levantamento e seleção de fontes que servirão de subsídios para a pesquisa ora proposta. De acordo com, Matos e Vieira, *a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de um levantamento de material com dados já analisados, e publicados por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, página de Web sites, sobre o tema que desejamos conhecer.* (MATOS e VIEIRA, 2002, p.40)

Sobre a pesquisa com documentos Matos e Vieira afirmam que:

Eleger o que está escrito como matéria-prima da análise, não significa desconsiderar o protagonismo, das instituições e do ideário pedagógico. Definir tal prioridade não implica em esquecê-los, mas, antes, concentrar atenção sobre aqueles aspectos que podem ser desvelados pela ‘pesquisa documental’. (Matos; Vieira, 2001, p. 56)

Para Le Goff:

(...) só passa a ser documento na seqüência de uma investigação e de uma escolha – em geral, a investigação não é assunto do próprio historiador, mas de auxiliares que constituem reservas de documentos nas quais o historiador escolherá a sua documentação: arquivos, investigações arqueológicas, museus, bibliotecas etc. (Le Goff, 2003, p. 106)

Os documentos constituem, portanto, parte significativa dos materiais com os quais trabalharemos. O processo de investigação envolve quatro etapas (reunião das fontes, leitura, seleção e registro).

Quanto à reunião das fontes, procuramos obter informações sobre a situação atual do tema pesquisado. Na medida em que as leituras forem sendo realizadas conheceremos outras publicações existentes e relevantes para o trabalho. O processo organizacional da pesquisa bibliográfica exige ainda uma dedicação e técnica para armazenar os dados. Vejamos o que Matos e Vieira, falam a respeito:

Ao organizarmos esse tipo de pesquisa, num primeiro momento devemos fazer o levantamento e seleção do material do nosso interesse. O próximo passo é realizar uma leitura eficiente, registrando as informações em fichas (indicação bibliográfica, resumo, citações transcritivas, considerações pessoais), para facilitar a utilização posterior do que foi lido (HÜHNE, 1992; LUCKESI et alii, 1991; MAIA, 2001 apud MATOS; VIEIRA, 2002, p.40)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca pela padronização da qualidade educacional no Brasil, além de ter várias conotações ao longo do tempo, a partir da década de 1990 ele cria corpo, a partir do uso e direcionamento das avaliações externas. Com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que é composto pela Avaliação Nacional de Rendimento Escolar (Anresc), também conhecida como Prova Brasil, e, a Avaliação Nacional de Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), as referências de qualidade passam a ser consideradas como resultados provenientes dessas avaliações.

O padrão de qualidade com base nos resultados das avaliações externas sofre alargamento em suas proposições tendo atualmente no Brasil uma forte proliferação de sistemas próprios de avaliação de Estados e Municípios (BAUER; GATTI, 2013; BAUER, Et. al, 2016).

Em 2007, com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo de Luís Inácio Lula da Silva, instituiu-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), absorvendo e redimensionando a proposta de mensurar a qualidade da educação brasileira por meio das avaliações externas. A partir da introdução do índice, as escolas e sistemas, passam a integrar em sua lógica de funcionamento e gestão uma “corrida” por resultados, explorando e formulando novas políticas de bonificação e premiação para atender às metas do IDEB (TAVARES, P.; PONCZEK, V., 2014; OSHIRO, et. al., 2015).

O atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), implementado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, nos traz a qualidade como o IDEB, instituindo um panorama de metas do índice a serem cumpridas no intervalo de 10 anos para o Ensino Fundamental e Ensino Médio. Dessa forma, o discurso oficial reafirma o que compreende e estipula como qualidade para a educação brasileira enquanto uma nota, que combina dados de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, provenientes da Prova Brasil, somado às taxas de rendimento. Como destaca Dermeval Saviani “A legislação constitui o instrumento através do qual o Estado regula, acentuando ou amenizando as tendências em marcha” (2015, p. 25).

Estudiosos revelam que essa conduta em prol da qualidade da educação no Brasil nos últimos anos tem compactuado para a existência de uma Política de Avaliação que orienta o funcionamento e gestão da educação como um todo. É possível perceber que a Política Educacional tem sido posta e dominada pelos processos avaliativos, fruto da perspectiva e reafirmação de um Estado-Avaliador e de processos de responsabilização (*accountability*) que tem como foco principal a escola. Os efeitos perversos dessas práticas estão orientados sob a ótica de organismos internacionais e de uma faixada de “modernização” que mais restringe e amplia as desigualdades dentro e fora da escola, do que oportuniza e solidifica a garantia de direitos de uma educação de qualidade para todos (OLIVEIRA, 2014).

Almerindo Janela Afonso, professor da Universidade do Minho, registra importantes contribuições e estudos sobre as várias fases do Estado-Avaliador nas políticas públicas da Educação mundial. Ele ressalta:

Radicando, com mediações mais ou menos evidentes, nas tendências hegemônicas decorrentes de uma agenda global mais ampla, a que não é indiferente o papel das organizações internacionais e supranacionais, o facto é que, nas últimas duas décadas e meia, pelo menos nos países capitalistas ocidentais, as políticas de avaliação foram ganhando um carácter relativamente indiferente às concepções político-ideológicas de diversos governos, alcançando, em decorrência disso, uma certa imunidade ou indiferença às realidades e especificidades nacionais em que os diferentes dispositivos avaliativos se têm instalado e desenvolvido. É, aliás, esta aparente consensualidade que vem ampliando a eficácia legitimadora da avaliação e tornando mais difícil desocultar a sua propalada cientificidade e pretendida neutralidade (ética, política, social...). (AFONSO, 2008, p. 14).

Tal imunidade e indiferença ao tema, tende a provocar novos desdobramentos ao campo, fortalecendo que a avaliação e seus indicadores podem ser o único meio, mais confiável, de fazer valer as melhorias desejáveis na educação brasileira.

Com base nesta política em 2012, no município de Mossoró (RN), o prêmio Escola de Qualidade é instituído pela Lei n. 3001, de 20 de dezembro de 2012, publicada no Jornal Oficial de Mossoró (JOM), n. 178, em 21 de dezembro de 2012. O prêmio foi criado com o objetivo de

Incentivar as Unidades de Educação Infantil e as Escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal a desenvolverem experiências inovadoras em gestão escolar e apresentarem melhoria nos resultados do ensino; reconhecer e premiar as Unidades de Educação Infantil e as Escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal, por meio de suas equipes de profissionais e alunos, em função das iniciativas inovadoras desenvolvidas e constatação da melhoria dos resultados do ensino (MOSSORÓ, 2014, p. 1).

A premiação é concedida às escolas em dinheiro e o valor depende do porte em que a escola é classificada. De acordo com o Decreto n. 3491, de 31 de julho de 2009, publicado no JOM, n. 38ª, de 5 de agosto de 2009, as instituições, sejam aquelas que prestam serviços na Educação Infantil, sejam as de Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, são elencadas em cinco portes e cada porte tem uma quantia correspondente a receber, quando são laureadas. A tabela abaixo mostra os valores referentes apenas às escolas que trabalham com o Ensino Fundamental (anos iniciais e finais).

Tabela 1 – Valores em dinheiro referente ao porte das escolas

PORTE DAS ESCOLAS	QUANTIA EM DINHEIRO
Escolas de Porte I	R\$ 15.000,00
Escolas de Porte II	R\$ 12.000,00
Escolas de Porte III	R\$ 9.000,00
Escolas de Porte IV	R\$ 6.000,00
Escolas de Porte V	R\$ 3.000,00

Fonte: Regulamento do prêmio Escola de Qualidade.

Esse valor completo em dinheiro somente é concedido para as escolas que ganham em 1º lugar. Além dessa premiação em dinheiro, as escolas que ficaram em 1º, 2º e 3º lugar recebem honrarias, podendo ganhar Selo de Qualidade; Menção Honrosa em Qualidade em Educação (para os professores); Menção Honrosa em Profissional (para equipe de apoio escolar); e Mérito Estudantil (para os alunos do 5º e 9º ano com melhores médias e comportamentos).

O prêmio Escola de Qualidade foi iniciado no ano de 2009, mas sua primeira publicação só foi divulgada somente no ano posterior, em 2010. Cada premiação é referente ao ano anterior em que houve a avaliação. Para tanto, é necessário que as escolas das redes

municipais de ensino enviem para a Secretaria de Educação um dossiê com todas as atividades realizadas durante o ano letivo e os documentos comprobatórios das atividades.

O dossiê significa uma avaliação institucional das escolas municipais, que é feita considerando quatro dimensões destacadas no regulamento do prêmio Escola de Qualidade. O recorte do quadro ora apresentado mostra 3 das dimensões avaliadas:

Quadro 1 – Dimensões avaliadas no dossiê do Prêmio Escola de Qualidade.

B. Gestão de pessoas: Abrange processos e práticas de gestão dos profissionais da educação.	B.1. Promove o desenvolvimento profissional em relação aos conhecimentos, habilidades e atitudes, através de ações de formação continuada com base nas necessidades identificadas.					
	B.2. Adota práticas avaliativas do desempenho de professores e dos demais profissionais, ao longo do ano letivo.					
	B.3. Promove práticas de valorização e reconhecimento do trabalho e esforço dos professores e demais profissionais da escola, no sentido de reforçar ações voltadas para melhoria da qualidade do ensino.					
PESO: 1,0		SUBTOTAL				
L						
C. Planejamento e gestão: Abrange processos e práticas de gestão dos serviços de apoio, recursos físicos e financeiros.	C.1. Realiza de forma sistemática, coletiva e cooperativa o planejamento dos serviços e das atividades escolares oferecidas.					
	C.2. Zela pela transparência da gestão, utilizando os canais de comunicação da escola para divulgar informações de prestação de contas dos recursos, dos resultados obtidos pela escola e das estratégias utilizadas na resolução de problemas.					
	C.3. Desenvolve projetos nas áreas de saúde, esporte, assistência social e/ou cultura, ampliando as atividades internas e externas da escola, firmando parcerias externas à comunidade escolar.					
	C.4. Aplica os recursos conforme plano de aplicação construído coletivamente, dando prioridade as necessidades.					
PESO: 2,0		SUBTOTAL				
D. Avaliação e resultados: Abrange processos e práticas de gestão voltados para assegurar a melhoria dos resultados de desempenho da escola – rendimento, frequência e proficiência dos alunos.	D.1. Desenvolve um sistema de monitoramento das metas e ações estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico, garantindo condições de efetivação e sucesso.					
	D.2. Acompanha cada aluno da escola individualmente, mediante registro de sua frequência e do seu desempenho nas avaliações.					
	D.3. Alfabetiza as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico.					



	D.4. Adota ações de combate à evasão e repetência, com sistemática de monitoramento, a fim de garantir a efetividade e sucesso dos alunos.					
PESO: 3,0	SUBTOTAL					
TOTAL GERAL (campo reservado à comissão)						
Dimensões de avaliação para o prêmio Escola de Qualidade Legenda: 1. muito aquém do esperado; 2. aquém do esperado; 3. nível aceitável; 4. além do esperado; 5 muito além do esperado.						

Fonte: Regulamento do prêmio “Escola de Qualidade”.

As políticas educacionais estão direcionadas ao envolvimento e o comprometimento de diferentes atores, inclusive gestores e professores vinculados aos diferentes sistemas de ensino. (DOURADO, 2007). A política é um meio social de suprimir as necessidades e os anseios da sociedade. Na política educacional, a escola não se reduz “a um mero reverso das políticas”, mas se configura como um espaço de reflexão, reconstrução e de inovação, oferecendo elementos para a formulação de novas políticas construídas pelos atores que a compõe. (VIEIRA, 2007).

Em Mossoró a política municipal de educação é regida pela Lei de Responsabilidade Educacional (LRE n. 2.717/ 2010), tendo como objetivo promover a melhoria da qualidade do ensino, para atingi-lo, propõe a execução de ações planejadas, o estabelecimento de metas, investimentos financeiros e avaliação do desempenho, bem como a instituição de alguns instrumentos que serão construídos pela Rede Municipal de Educação.

A partir da Lei de Responsabilidade Educacional nº 2.717 de 27 de dezembro de 2010 as instituições de ensino do município de Mossoró – RN giram em torno do Mapa Educacional, sempre buscando incansavelmente a tão desejada premiação junto ao status da publicização dos resultados das escolas no Jornal Oficial do Município, atrelando a premiação para as escolas classificadas, entrega de selo de qualidade e bonificação em cerimônia pública de premiação; a lei também estabelece o compartilhamento de responsabilidades e as consequências para a não responsabilização do Mapa Educacional; e a criação de um Sistema de Avaliação da Educação Municipal - SIAVE, em 2011, ao qual o Prêmio Escola de Qualidade foi integrado, contando ainda com o bônus do 14º salário.

Esse modelo de avaliação de qualidade é um sistema *high stakes* (com muito em jogo), de acordo com Nigel Brooke (2006; 2008), os prêmios monetários ou bônus salariais como consequências da tal qualidade deixa de ser uma busca por apenas uma boa educação, mas também a necessidade de melhorias financeiras da instituição, bem como uma compensação salarial a equipe escolar que estará se desdobrando para cumprir com todos os requisitos impostos pelo mapa e a secretaria de educação, muitas vezes até, prejudicando a qualidade real do seu trabalho, em detrimento do preenchimento do mapa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O prêmio Escola de Qualidade e a materialização desse prêmio em dinheiro, acaba camuflando as necessidades extras que surgem ao longo do ano e o desinvestimento na educação pública, mesmo porque o valor de premiação seja baixíssimo.

Consideramos ainda que tal política de bonificação aprofunda as desigualdades sociais escolares, percebendo que as instituições de ensino não possuem um padrão de estrutura física e funcionamento, contribuindo para a exclusão e a marginalização das unidades com os quadros mais desafiadores. Além disso, o modelo gerencial da educação a torna mecânica e superficial, a escola trabalha para atingir os dados e conquistar o prêmio, não para oferecer uma qualidade educacional baseada na democracia e inclusão, em contrapartida, o Estado transfere o compromisso para com a qualidade educacional para a instituição escola, deixando de ser provedor para se tornar um avaliador.

Sabe-se que este trabalho não se encerra aqui, servindo de base para futuras pesquisas na área de Políticas e Avaliação Educacional.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos docentes que contribuíram para a pesquisa, bem como a Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), enquanto instituição formativa, e na disposição da Prof^a Mestre Iasmin Marinho para orientação e acompanhamento deste trabalho.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo J. Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPED; Campinas: Autores Associados, n. 22, p. 35-46, jan./abr. 2003.

AFONSO, Almerindo J. Estado, mercado, comunidade e avaliação. Esboço para uma rearticulação crítica. **Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, v. 20, n. 69, p. 139-164, dez. 1999.

AFONSO, Almerindo J. Nem tudo o que conta em educação é mensurável e comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa: UL, n. 13, p. 13-29, 2009.

AFONSO, Almerindo J. Para uma concetualização alternativa de accountability em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, v. 33, n. 119, p. 471-484, abr./jun. 2012.

AFONSO, Almerindo J. Para uma crítica da avaliocracia. OPS! **Revista de Opinião Socialista**, Lisboa, n. 2, p. 14-16, nov. 2008.

AFONSO, Almerindo J. **Políticas educativas e avaliação educacional**. 1.ed. Braga: Universidade do Minho, 1998.

BAUER, A; GATTI, B. Ciclo de Debates: **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil - implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BEISIEGEL, C. R. Relações entre a quantidade e a qualidade no ensino comum. **Revista da Associação Nacional de Educação**, v. 1, n. 1, p. 41-56, 1981.

BRASIL, Ministério da Educação. **As desigualdades na escolarização no Brasil**. Relatório do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Brasília, DF, 2013.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Câmara dos Deputados, Diário Oficial da União de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF, 1990.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 9.394 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996**. Presidência da República. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Relatório dos trabalhos realizados pelo GT criado pela Portaria Interministerial n.º 3.219 de 21/09/2005**. Brasília, DF, 2006.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BROOKE, Nigel. O futuro das políticas de responsabilização no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 128, p.377-401, 2006.

CAMPOS. M. M. **Reescrevendo a educação: propostas para um Brasil melhor**. 1.ed. São Paulo: Editora Ática, 2006

CLARKE, John; NEWMAN, Janet. **The Managerial State: power, politics and ideology in the remaking of Social Welfare**. London: Sage Publications, 1997.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **RBP AE**. v. 23, n.3, p. 483-495, set/dez, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Políticas da Educação: um convite ao tema**. Trabalho apresentado em Seminário sobre Políticas Públicas de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas. In: **Revista Educação & Sociedade**. UNICAMP- Online. Campinas, v. 28, n.100 - Especial, p. 921- 946, 2007.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, Campinas v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina de Almeida. A qualidade da educação: conceitos e definições. **Série Documental**. Textos para discussão, Brasília, v. 24, n. 22, 2007.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 4, n. 50. P. 123-146, 2006.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIBÂNEO, José Calos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MATOS, S. L., VIEIRA, S. L. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MOSSORÓ. **Lei de Responsabilidade Educacional nº 2717, de 27 de dezembro de 2010**. Jornal Oficial de Mossoró, Mossoró-RN, 04 de jan. 2011. Número75-A, p.1. Disponível em: <<http://www.prefeiturademossoro.com.br/jom/jom75a.pdf>> Acessado em 23 mai.2018.

OLIVEIRA, R. et al. **Análise das desigualdades intraescolares no Brasil**. São Paulo: Pesquisas Fundação Victor Civita: Fundação Itaú Social, 2013. Disponível em: <<http://www.fvc.org.br/estudos-e-pesquisas/2012/pdf/relatorio-final-analise-desigualdades-intraescolares-brasil.pdf>> Acessado em: 10 mar. 2014.

OSHIRO, Cláudia Hiromi; SCORZAFAVE, Luiz Guilherme; DORIGAN, Tulio Anselmi. Impacto sobre o desempenho escolar do pagamento de bônus aos docentes do ensino fundamental do Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Economia**, v.69, n.2, pp.213-249, 2015.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 1. Ed.São Paulo: Ática, 1997.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. 1.ed. São Paulo: Xamã, 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 7. ed. Campinas, SP, 2015.

SAVIANI, Dermeval. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. Educação e Sociedade*, v. 28, n.100, pp.1231-1255, 2007.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F. **La resignificación de la democracia escolar mediante el discurso gerencial: liderazgo, gestión democrática y gestión participativa.** In: FELDFEBER, M.; OLIVEIRA, D. A. *Políticas educativas y trabajo docente: nuevas regulaciones ¿Nuevos sujetos?* Buenos Aires: Noveduc, 2006. p. 221-237.

TAVARES, P.; PONCZEK, V. **Efeitos de aumentos salariais e do pagamento potencial de bônus a professores sobre a proficiência dos estudantes.** 1. ed. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. **Política educacional no Brasil: introdução histórica.** 1. ed. Brasília: Líber Livro, 2007

ZABALZA, M. A. **Qualidade em educação infantil.** 1. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.